

**HABEAS CORPUS Nº 570.803 - CE (2020/0080280-2)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**  
**IMPETRANTE** : JORGE CLEUTO DE OLIVEIRA FILHO  
**ADVOGADO** : JORGE CLEUTO DE OLIVEIRA FILHO - CE031654  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ  
**PACIENTE** : S A DOS S (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de S. A. DOS S. apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (Apelação Criminal n. 0003882-75.2013.8.06.0032).

Consta dos autos que o paciente foi condenado, em 7/3/2018, à pena de 10 (dez) anos de reclusão, a ser cumprida inicialmente no regime fechado, pela prática do crime previsto no art. 217-A do Código Penal. Foi-lhe negado o direito de apelar em liberdade, tendo sido determinada a expedição do mandado de prisão (e-STJ fls. 18/31).

Irresignada, a defesa interpôs recurso de apelação, o qual ainda não foi julgado pelo Tribunal de origem.

Irresignada com a demora no processamento do recurso de apelação e alegando ausência dos requisitos da prisão preventiva, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem

Contudo, em sessão de julgamento realizada no dia 5/11/2019, a 3ª Câmara Criminal conheceu parcialmente da ordem e, nessa extensão, denegou-a, conforme acórdão ementado nos seguintes termos (e-STJ fls. 38/39):

*HABEAS CORPUS. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. SENTENÇA CONDENATÓRIA. NEGATIVA DE RECORRER EM LIBERDADE. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS DA PRISÃO PREVENTIVA. CONDIÇÕES SUBJETIVAS FAVORÁVEIS. MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO. REITERAÇÃO DE PEDIDOS IDÊNTICOS CONTIDOS NO HABEAS CORPUS Nº 0631708-50.2018.8.06.0000. ORDEM NÃO CONHECIDA NESSES PONTOS. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO PARA REMESSA DA APELAÇÃO AO TRIBUNAL AD QUEM. CONFIGURADO. DEMORA ACIMA DO RAZOÁVEL. PERICULOSIDADE DO AGENTE E RISCO DE REITERAÇÃO DELITIVA. SEGREGAÇÃO NECESSÁRIA PARA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA.*

**APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA PROIBIÇÃO DA PROTEÇÃO DEFICIENTE DO ESTADO. ORDEM PARCIALMENTE CONHECIDA, E DENEGADA, NA EXTENSÃO COGNOSCÍVEL.**

1. Busca o impetrante a concessão da ordem, aduzindo excesso de prazo na remessa do recurso de apelação ao Tribunal, inexistência dos requisitos para a prisão preventiva e a ausência de motivação idônea para a manutenção de tal desiderato, destacando que trata-se de paciente primário, detentor de bons antecedentes, com trabalho lícito e endereço certo, além de haver passado toda a instrução criminal em liberdade. Por fim, requer que o paciente seja posto em liberdade, com aplicação de medidas cautelares diversas do cárcere.

2. Observa-se que a discussão suscitada pelo impetrante em relação aos argumentos de ausência dos requisitos da prisão preventiva, das condições subjetivas favoráveis e da possibilidade de aplicação de medidas cautelares alternativas, consiste em mera reiteração do habeas corpus n.º 0631708-50.2018.8.06.0000, julgado pela 3.ª Câmara Criminal deste Egrégio Tribunal de Justiça na sessão ordinária ocorrida no dia 12 de março de 2019, sendo denegada a ordem. Portanto, tratando-se esses argumentos, de matérias já apreciadas e rechaçadas no writ anterior, sem qualquer fato novo, resta inviabilizado o conhecimento da presente impetração nesses pontos.

3. Constata-se, de fato, configurado o excesso de prazo na tramitação e remessa do recurso apelatório a esta Corte de Justiça Estadual, em face do paciente ter sido julgado aos 07.03.2018, as razões do apelo apresentadas no dia 15.03.2018 e somente aos 16.08.2019 os autos foram remetidos a este Tribunal, havendo ofensa ao princípio da razoabilidade, vez que a dilação processual provém de demora alheia à contribuição do paciente ou de sua defesa, já que não praticaram nenhum ato que comprovadamente ocasionou a morosidade do andamento do processo.

4. Entretanto, entendo que, embora reconhecido o excesso de prazo, excepcionalmente, deve prevalecer, neste momento, o Princípio da Proibição da Proteção Deficiente pelo Estado, notadamente quando as circunstâncias do fato demonstram a existência de periculosidade, uma vez que a vítima revela grande temor do Paciente, além de notícias de que o mesmo, após a prática do crime, já teria abusado de outra criança, contexto fático que só reforça a imprescindibilidade da constrição, em face da real possibilidade de reiteração delitiva.

5. Ordem parcialmente conhecida e denegada na extensão cognoscível.

Daí o presente writ, no qual o impetrante reitera os argumentos lançados na impetração anterior referentes ao excesso de prazo prisional para julgamento do recurso de apelação, bem como à falta de motivação idônea para a decretação da prisão preventiva do paciente na sentença, uma vez que respondeu em liberdade à ação

penal.

Busca a revogação da custódia cautelar, ao argumento de que não estão presentes os requisitos do art. 312 do Código de Processo Civil, devendo ser aplicadas ao paciente as medidas cautelares diversas da prisão previstas no art. 319 do Código de Processo Penal.

Requer, liminarmente e no mérito, a expedição de alvará de soltura em favor do paciente em razão do flagrante constrangimento ilegal a que está sendo submetido.

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

É que a aferição de constrangimento ilegal por excesso de prazo não resulta de um critério aritmético. Há de ser realizada pelo julgador uma análise do caso concreto, de acordo com as suas peculiaridades, em atenção aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, providência que não se coaduna com o juízo perfunctório próprio do pedido emergencial.

Com relação à tese de carência de fundamentação idônea do decreto construtivo, igualmente não verifico flagrante ilegalidade hábil a deferir o pedido liminar pois, ao prolatar a sentença condenatória, o magistrado de piso destacou a necessidade da custódia para garantida da ordem pública em razão da periculosidade do paciente, *in verbis* (e-STJ fl. 21):

*Nego ao acusado o direito de apelar em liberdade, haja vista a necessidade da prisão cautelar para garantia da ordem pública ante a gravidade concreta do delito praticado, evitando-se a reiteração criminosa e assegurando a integridade física e psicológica da vítima. Destaco que a vítima relatou em juízo sentir grande temor do Acusado, além de notícias de que o mesmo, após a prática do crime aqui narrado, já teria abusado de outra criança. Assim, a periculosidade do réu demonstrada em audiência justifica sua prisão. EXPEÇA-SE MANDADO DE PRISÃO.*

# *Superior Tribunal de Justiça*

Assim, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos, sem o que não há como se aferir o alegado constrangimento ilegal.

Ante o exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações ao Juízo da Vara Única da Comarca de Amontada (CE) e ao Tribunal de origem, devendo esse último noticiar o atual andamento do recurso de apelação em questão. Ressalte-se que esta Corte Superior deverá ser notificada de qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste feito.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
Relator